

OLIVEIRA, Ricardo Costa de (organizador). **NEPOSTISMO, PARENTESCO E MULHERES**. Curitiba: Editora Urbi et Orbi, 2016. 594 páginas.

Glória Estevinho¹

- Enviado em 13/09/2017
- Aprovado em 28/11/2017

Desta vez o foco são as mulheres! Sua importância e centralidade são abordados pelo Núcleo de Estudos Paranaenses (NEP), onde vários autores se reúnem com o objetivo de mudar o olhar sobre o feminino. Pesquisas empíricas e análise documental, são utilizados pelos autores, comprometidos em descrever a genealogia paranaense e, também, a proporcionar ao leitor uma releitura do papel da mulher. Dentro destes parâmetros, o livro vai abordar a figura feminina, como fundamental, nas relações sociais mais amplas. Historicamente sucumbida pelo machismo reinante e pelo pensamento religioso, é o olhar treinado do cientista social que desperta a relevância de sua importante contribuição, que ultrapassa a esfera do lar e atenta para o fato de que os enlaces matrimoniais agregam valores sociais, culturais e políticos à sociedade paranaense, em vários períodos da história do Estado. Essa leitura foi organizada Por Ricardo Costa Oliveira, em mais uma publicação reveladora do funcionamento das genealogias e dos estudos do poder. Esse trabalho adota a prerrogativa de evidenciar a mulher com pesquisas num novo enfoque social, para além do matrimônio e das atividades do lar. Inserindo-as, ao contexto familiar genealógico, onde o status familiar e de classe as permite incluir ou rejeitar novos ricos no cenário da política do Paraná, ou seja, a ascensão social ou não de um novo integrante à sociedade política tradicional do Paraná acontece pelo viés feminino.

“CHERCHEZ LA FEMME” e “CHERCHEZ LA FAMILLE” são os imperativos em francês que indicam ao pesquisador atento qual é a “mina” para o entendimento dos novos emergentes imigrantes, ou quais caminhos levam a compreensão das estruturas sociais e políticas que reproduzem esses novos atores. A questão é saber: com quem os novos imigrantes emergentes se casam? Quais meios são utilizados para a manutenção do poder, nas famílias tradicionais do Paraná? Do “Antigo Regime” a “República Velha” se

¹ Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná. Pós Graduada em Sociologia Política pela Universidade Federal do Paraná. Atualmente atua como docente compondo o Quadro Próprio do Magistério no Governo do Estado do Paraná. Endereço eletrônico: geg@seed.pr.gov.br

convencionou a realização matrimonial consentida por um contrato entre iguais². A modernização rompe com essas tradições, abrindo espaço para novos tipos sociais de políticos, modificando, consideravelmente, as interpretações quanto ao sistema matrimonial e a importância da mulher nesse modelo de sociedade. As conexões com o pertencimento ou não da estrutura política tradicional passa pela mulher, na medida em que é incumbida da reprodução da sociabilidade e da socialização, tanto na esfera do lar, quanto na vida social. As fontes que nos fornecem esses dados são públicas e se encontram estampadas nas colunas sociais, revistas, casamentos, batismos, falecimentos, debutantes, almoços, clubes associativos e recreativos, essa fonte primária descreve o glamour dos “bem-nascidos”, desnudando o seu cotidiano. Na atualidade, esses dados, são fornecidos via internet em sites de notícias, basta que se recorte a época a ser estudada. Dessa maneira, o nepotismo se mostra como um jeito de ser da classe dominante e, pela via do casamento se perpetua e abre espaço a novos integrantes dentro do circuito dominante.

O autor nos conta que desde as primeiras genealogias brasileiras, do Brasil colonial, demonstram a mistura da mulher indígena, que transmite e associa as estruturas de poder, com os portugueses. Descreve, também, a genealogia de Abdon Batista³ e nas relações matrimoniais de seus herdeiros, a presença de enlaces que garantiram o patrimônio e, a estrutura familiar em franca ascensão, a partir dessa estratégia de manutenção do poder. Sua esposa Teresa Augusta ao contrair matrimônio, com esse jovem bacharel, mulato, político e ervateiro, permite, ao mesmo tempo, que desfrute do poder tradicional e antigo de sua família inserindo-o nos ciclos tradicionais da sociedade catarinense. Os Campos Gerais também trazem informações genealógicas, envolvendo o imigrante a economia e a política, aqui o matrimônio é responsável por incluir Moisés Lupion à família de Hermínia Alves Rolim filha do coronel Pedro Rolim de Moura e Joana Hilário Borba, que era neta materna do Coronel Telêmaco Augusto Enéas Morocine Borba⁴, ervateiro e importante chefe político em Tibagi. É pelo casamento conveniente que um imigrante espanhol passa de vendedor de amendoim, “self-made-man” a liderança política, tudo respaldado pela noiva oriunda de família que compõe a elite social política do Paraná. Tal fato, garante a reprodução dessa condição às próximas gerações, que perpetuam as escolhas do modelo de casamento com famílias tradicionais da política regional. Desse modo, na prática, ocorre uma transição de empresários emergentes a políticos ruralistas conservadores. A posse de grandes propriedades urbanas e rurais consolidam a atuação dentro

² “As famílias com determinado status social tendiam a contrair casamentos com famílias possuidoras do mesmo status social e das mesmas qualidades sociais equivalentes “p.16. Desse modo, os valores as tradições e o patrimônio eram preservados.”

³ Médico, baiano importante político em Santa Catarina na Primeira República, ocupou vários cargos políticos no Estado desde prefeito até Governador, ervateiro casa-se com a filha do Coronel José Antonio de Oliveira, e seus herdeiros reproduzem o mesmo ethos de enlaces com cônjuges capazes de manter o status quo.

⁴ Para mais informações consultar: VANALI, Ana Christina. O Botucudo Tibagyano: análise sobre os registros etnográficos de Telêmaco Borba. Curitiba: SAMP, 2013. 194p.

do aparelho de Estado e também a cargos políticos estratégicos que garantam o funcionamento da agenda política conforme determinação do seu mandatário. Essa metamorfose burguesa é um mecanismo para a continuidade e conciliações entre o velho e o novo modo de fazer política no Paraná. A genealogia feminina e mitocondrial é explicada pelo autor o Professor Ricardo Costa Oliveira.

Alessandro Cavassin aborda o levantamento dos vereadores e juizes de paz curitibanos entre o período de 1856 a 1889, vai evidenciar o papel da esposa enquanto elo fundamental nas composições da câmara de vereadores. Sua perspectiva de análise é histórica e o período estudado aborda o contexto institucional da nova província do Paraná, numa pesquisa documental que leva em conta idade, atividade profissional, partido político e matrimônio. A sociedade, em formação na época, mostra uma estrutura de poder, na qual, as mulheres não participavam da política. A questão que se coloca versa sobre a importância da mulher nesse processo eleitoral. Toda genealogia, montada pelo autor, aponta a linhagem feminina como decisiva na formação dos nomes e da importância do político que atuará na câmara e cujas decisões são tomadas em grande consideração por conta da representatividade de seu sobrenome. O período descrito mostra arranjos e rearranjos das disputas travadas entre os dois partidos PL (Partido Liberal) e o PC (Partido Conservador), cuja organização interna transita pelos dois universos, importando menos a ideologia de cada um, tendo em vista o interesse maior pela manutenção de uma tradição dentro do familismo e do patrimônio. Valores como os do sobrenome, e dos casamentos que viessem a fortalecer tradicionais lideranças, eram sempre bem-vindos! Assim aconteceu, na eleição para Vereadores e Juizes de Paz de Curitiba, 1857-1860, onde o nome do mais votado consta do Dr. Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, advogado e tropeiro que mantinha por trás desse cargo o nome de Domitilia Alves de Araújo. Assim, o mais votado vereador, jovem é casado com a filha de um importante comerciante de Antonina que ao unir interesses familiares adere a vida pública ao mesmo tempo que inaugura um "modus operandi" da política do Paraná⁵. Entre as lideranças do período estão nomes de importantes famílias que ainda hoje identificam ruas e praças em Curitiba⁶. Estes nomes povoaram o cenário político paranaense e foram alvo de disputas pelo poder dentro da Câmara, até então secreta, dos vereadores e juizes de paz. O cenário apresentado pelo autor, do ponto de vista dos pleitos realizados, é o dos votos permitidos pelo critério da renda, numa sociedade escravocrata, com casamentos favoráveis a manutenção do poder onde a mulher não tem vez, nem voz, mas é estratégica na composição das uniões que levam determinado nome a cargos, também

⁵ Para certificar-se disso uma forma é a leitura do capítulo escrito por esse autor, que aborda essas questões com pesquisa documental do período. Outro modo, é pelo resultado recente das eleições 2014, para Deputado Estadual no Paraná, onde os sobrenomes dão pistas de genealogias para Assembléia Legislativa e outras instâncias do poder no Paraná.

⁶ Nomes como Trajano Reis, João Negrão, Manoel Ribas, Caetano Munhoz da Rocha, entre outros, são estudados em sua genealogia, revelando muito do que é a formação política do Estado.

estratégicos. Esse estudo permite visualizar várias relações de parentesco, que são a radiografia do período e que nos conta muito do que ainda presenciamos na política atual.

É apresentada pela autora Ana Christina Vanali, as trajetórias de Josefa e Soledade Correia de Freitas, cujo sobrenome permitirá verificar tanto a sua atuação social, quanto sua rede de relações pessoais. Neste capítulo, é problematizado os modos de viver e atuar desta família, bem como por quais outras principais famílias essa parcela da população paranaense, se constitui. Cruzando nomes e sobrenomes a autora vai mostrar a atuação social e familiar da mulher com presença e força, para além do esperado e do permitido. A família Correia de Freitas é retratada, pela autora, em seu contexto político, social e econômico na primeira República, percebendo suas possibilidades e conquistas. Pelo prestígio social que possuem circulam pelo âmbito público e privado, sob a forma de parentesco, amizade, casamentos, compadrios e é o que as mantêm dominando as regras de convívio social. Essas irmãs atuam no mercado de trabalho exercendo profissão no magistério e nas artes, são requisitadas para dirigir escolas, atendendo a reformas do ensino da época, trabalhando dentro das novas expectativas de aprendizado, como é o caso da musicalidade. Na vida social, são constantemente convidadas a se apresentar em bailes e reuniões sociais exibindo seus dotes musicais. Na vida artística, apresentam concertos no teatro Guaíra e em clubes, como cantora lírica. São presença indispensável, em casamentos, da mais alta sociedade sendo seus passos seguidos por jornais como a República, a Notícia, Fon-Fon entre outros que veiculavam imagens e anúncios sobre as irmãs e suas apresentações. Estavam presente em todos os eventos da sociedade abastada da época. Na posição de diretora, e proprietária, de escola particular, oferecia um ensino diferenciado, e o “chamaris” fundamental estava nos anúncios que contavam com o nome das irmãs. Estas, constantemente eram reverenciadas por suas especializações, e os anúncios vendiam ideia do ensino particular como um diferencial de formação. Apoiavam as reformas referentes à educação, proposta pelos dirigentes políticos da época e, por estarem no lugar certo, pertencerem a uma rede de relações de poder, e na hora certa, se projetam socialmente, sendo atuantes em áreas não convencionadas para o universo feminino. Assim sendo, ganham destaque pela habilidade, e condições, de aproveitar essas brechas. Seus nomes compunham a lista de convidados da mais alta classe social, políticos e eventos religiosos. Suas opiniões eram exemplo de conduta sempre retratadas pela imprensa, desde felicitações pelo aniversário do interventor Manoel Ribas, até a regência do coro da cerimônia religiosa do casamento de Bento Munhoz da Rocha e Flora Camargo, além de influírem em questões referentes à formação⁷. As irmãs Correia de Freitas herdaram um capital social, econômico e

⁷ A professora Josepha, participa do Congresso de Ensino Primário Normal, apresenta a 25ª tese, intitulada: “Da educação musical nas escolas”, defende que a música pode despertar o civismo através de hinos e poesias em datas comemorativas.

cultural de sua mãe Luiza Correia de Freitas⁸ que lhes incentivou carreira no magistério que funcionava como uma continuidade do lar. Nesta época, a mulher era responsável pela educação dos filhos, de tal forma que a elas cabiam tal profissionalização. É o que vamos desfrutar, neste capítulo que tem por objetivo compreender a imagem da mulher que rompe paradigmas durante o período republicano de Curitiba e que aponta, ainda para as características históricas sobre a imagem da mulher que influenciou a profissionalização feminina no magistério.

O primeiro damismo é problematizado por Natália Cristina Granato, nas pessoas de Hermínia Lupion e Flora Camargo no contexto da modernização do Paraná, ambas esposas de políticos e que se inserem no espaço público na condição de primeiras-dama. O capítulo busca saber qual espaço as mulheres ocupavam na política republicana, mostrando a separação entre o público e o privado, bem como a participação da mulher no espaço público via voto feminino. Divide sua investigação em três momentos: primeiramente vai se debruçar na questão das políticas assistenciais de benemerência das primeiras damas; depois faz uma análise da posição social ocupada por Hermínia Lupion e seus capitais familiares, e em seguida dedica-se a analisar a posição social ocupada por Flora Camargo Munhoz da Rocha. Ambas são analisadas ainda, quanto a suas atuações na área assistencial. Traça um histórico da representação da mulher, cuja efetiva participação em público se concretiza com a constituição de 1934, uma vez que o debate que a precede as tratam como possuidoras de características que as desabonam⁹, julgando-as incapazes para este ato. Porém, tais declarações instigam os movimentos sociais, especialmente o feminista que ganha na forma de carta magna sua representatividade. Ainda na década de 1930, o entendimento do papel feminino estava reduzido a esfera do lar, ou seja, ao espaço privado. Adentrar ao espaço público, via voto, confere à mulher da época a reconciliação entre a política e a religião para tanto as instituições filantrópicas, em franco desenvolvimento disseminam a ideia do filantropismo preconizando políticas públicas voltadas a mãe e as crianças, tratando de aspectos moral, médico, sanitário, domiciliar e hospitalar. Tendo como primeira presidente Darcy Vargas e sucedida pelas esposas dos sucessores de Getúlio Vargas, até o ano de 1990, quando foi extinta. Esse cargo, era mantido com o financiamento público, campanhas beneficentes de mulheres da elite, pela iniciativa privada e corporações patronais como a CNI e a Associação comercial, fazendo com que o Estado não tivesse que assumir essa pauta social. As mulheres pesquisadas no quesito primeiras damas adentram a vida pública numa perspectiva

⁸ Luiza Correia de Freitas iniciou a carreira de professora em escola pública na cidade de Castro. Sua atividade na escola particular, acontece por conta da fundação do Colégio Santa Luiza (só para meninas), requere sua aposentadoria em 1906 e dá início as atividades no Colégio Soledade, também de sua fundação, com a ajuda de Josepha, já formada professora, e em 1916 funda o Collegio Moderno, agora com a ajuda de Soledade, isso nos mostra a construção de um capital social, econômico e cultural deixado de herança e desfrutado pelas sucessoras com sucesso.

⁹ Em relação ao voto feminino, o que imperou foi a “teoria da incapacidade da mulher”, que a autora explicita no capítulo. Somente com as bandeiras erguidas do movimento feminista é que vão se dissipando essas vertentes em relação ao voto.

modernizante e participam da política com atuação restrita e incipiente, pois dependem da ascensão política do seu cônjuge, além de estarem vinculadas ao assistencialismo e a igreja. Vinculadas, ainda, pelo sangue, a famílias tradicionais do Estado se projetam na política devido aos capitais construídos que lhes conferem um lugar no espaço público e privado. Flora Camargo é, um exemplo da mulher, bem-nascida e bem-educada, isso porque é filha de Afonso Camargo e contrai matrimônio com Bento Munhoz da Rocha, sua trajetória demonstra a maneira de agir e pensar da classe dominante e ressalta a ideia de capital cultural, cujos valores são reforçados pelas instituições que frequenta.

As mulheres da família Belinatti, são apresentadas por Carla Andréia Alves da Silva Marcelino, evidenciando a presença de capitais políticos, econômicos e sociais como porta de entrada para manter-se e reproduzir-se na política brasileira. Tudo começa com Antonio Casemiro Belinati, outsider, que por meio da sua atividade, na Rádio Londrina, dá início a uma carreira política significativa na região, deixando marcas que se estendem à capital. É pela atividade desenvolvida na rádio que conhece o primeiro radialista Otássio Pereira, eleito em 1959, que o apadrinha e tem início uma história de mais de quinze membros da família que ocuparam mais de 40 cargos públicos eletivos ou comissionados, dos quais destacam-se, pelo menos, 5 mulheres de expressão, sendo elas a ex esposa, duas filhas e duas irmãs. Em 1968 Belinatti ganhou popularidade, pelo apadrinhamento e por apresentar um programa por trinta minutos por dia, é o vereador mais votado de Londrina, dois anos depois ganha com facilidade o cargo de deputado estadual, sendo o mais votado do MDB, depois ocupa o cargo de deputado federal e torna-se prefeito por três vezes da cidade. Desse modo, ganha o espaço público e agrega agora um capital social e econômico ao seu curriculum. Sua, então, esposa Emília Belinati galga uma trajetória política que tem início em 1977, na presidência da APMI – Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, em 1989, ocupa a presidência da PROVOPAR dentro da lógica do primeiro damismo, mas não para por aí em 1990 se elege Deputada Estadual pelo PDT sendo a única mulher da 12ª legislatura da ALEP. Em 1994, pelo PTB, é convidada por Jaime Lerner a concorrer como Vice-governadora, vencendo o pleito em primeiro turno com 54,85% dos votos, concorrem a reeleição em 1998, muda para o PFL e com 52,21% dos votos ganha novamente o pleito com apoio desde a primeira composição da chapa de José Janene, poderoso político londrinense garantem a vitória. Agora, pelo viés do nepotismo, isso pode ser observado pela nomeação de cargos durante a vice governadoria.¹⁰ Separado do marido desde 2006 ainda valendo se do capital político, após ter sido derrotada no pleito de 2006, alia-se ao grupo de Beto Richa, sendo nomeada em abril de 2007 à direção do ICS – Instituto Curitiba de Saúde e, em 2010, disputa o cargo de Deputada Estadual, pelo PSB. Em 2013 ocupou o cargo de Diretora comercial na SANEPAR, estando sempre próxima ao grupo do atual Governador do Estado do Paraná. As filhas do casal Cintya e Simone são ambas ocupantes de cargos públicos e

¹⁰ A nomeação do cunhado Walmir Belinati a presidência do antigo IPE, por exemplo.

concorrentes a pleitos porém quando não obtém sucesso ainda assim são beneficiárias de cargos comissionados na ALEP, também as irmãs de Antonio Belinatti atuam no Norte do Paraná, como é o caso de Antonieta que foi, por seis mandatos, vereadora e atualmente é Vice-prefeita pelo PTB em Marialva, vinculada ao escritório de Advocacia de seus filhos Belinati & Perez. Cida Belinati, é menos midiática, mas importante na organização política e econômica da família, por sua união com Dante Guazzi. Os filhos do casal entram nessa lógica mantendo uniões que lhes confere um patrimônio expressivo. São proprietários de um grupo de empreiteiras de obras, além de parentes com cargos diretivos em grandes estatais. Autora apresenta o clã Belinati e suas mulheres destacando a capacidade de inclusão da família a órgãos estratégicos do governo e a empresas com acesso facilitado pelo fenômeno do familismo e do nepotismo dentro da política paranaense.

A prosopografia das mulheres na ALEP, é o capítulo escrito por Monica Helena Harrich Silva Goulart, que apresenta os perfis das deputadas estaduais desde Rosy de Macedo Pinheiro Lima, em 1947 até as deputadas que ocupam tais cadeiras em 2014. Analisa o ingresso feminino nas cadeiras do legislativo mostrando as trajetórias individuais das ocupantes pontuando quatro formas de ingresso a saber: 1) linhagem política: as integrantes do cargo pertencem a famílias de políticos, casadas com políticos ou de algum modo tem afinidade parental com integrantes do espaço; 2) religiões específicas: é o caso das deputadas evangélicas que se elegem pelo voto de fiéis e membros da igreja; 3) movimentos sociais: quando representam grupos e categorias que estão vinculadas ao seu trabalho de base; e, 4) outros mecanismos: atividades assistencialistas como atendimento /auxílio aos mais necessitados crianças, doentes, idosos, grupos em situação de risco, entre outros. Até 2014 a ALEP contabilizou 21 mulheres, esse levantamento, toma por base a Lei 9.540/1997 que considera aumento de mulheres em 30% nos partidos. É pelas biografias individuais que a autora identifica os dispositivos e estratégias para a entrada na política revelando suas trajetórias, assim podendo perceber se, ao fim do mandato, ocupam outros cargos públicos. Vale-se de Bourdieu para identificar a ALEP como um subcampo onde vários interesses e capitais se confrontam e permanecem por meio de estratégias¹¹. Com foco nas mulheres, nos dá a noção da receptividade destas num espaço tipicamente masculino constata que as que possuem maior capital político circulam sem preocupação com a discriminação. A Deputada Elza Correia, defende uma maior participação feminina neste espaço de poder, por considerar que a discriminação está em várias instâncias, o que demonstra que esse sentimento varia de acordo com o capital político e econômico de cada integrante. A questão é que a legislação que prevê aumento de pelo menos 30% de mulheres na política ainda não está completamente em vigor o que dificulta, inclusive este aspecto. Dentro da primeira condição de ingresso, apresentada pela autora está a máxima, proferida por OLIVEIRA (2012), a de que

¹¹ "...Por tratar-se de um locus de concentração de disputas políticas e de diversos interesses..." , conforme autora

“família ainda importa”, para tanto demonstra que as relações de parentesco estão presente na política paranaense e, o que não dizer, na ALEP. O que confere a deputadas como Emília Belinati e Cida Borghetti uma posição de mando em função do acúmulo de capitais políticos. Desde os primórdios da participação feminina até 2014 o índice de participação de 2, 7% passa a 7,4% deixando muito a desejar quanto a participação feminina, mas o mais importante está na qualidade desta representação e nas pautas levantadas que carecem de atualização, uma vez que permanecem as relações clientelistas e oligárquicas.

Entre 1947 e 2016, as mulheres eleitas vereadoras em Curitiba somam 20 são oriundas de famílias de políticos, ou conseguem se eleger em virtude dos trabalhos sociais que realizaram. São 70 anos investigados por Jorge Bernardi que nos mostra a evolução desse quadro com a ampliação da lei de cotas de gênero após a década de 1990. Essas mulheres adotam a prerrogativa de colocar em pauta o combate a violência de gênero. Entre os partidos que mais elegeram estão o PMDB e o PT com o número de 5 e 4 candidatas, respectivamente, segundo o autor. As cotas para as mulheres, são a base da investigação, faz um breve levantamento histórico, constatando que a Câmara Municipal é um ambiente predominantemente masculino. Antes de serem vereadoras eram professoras, pedagogas, advogadas, médica e, uma vez eleitas, somam ao rol das desbravadoras que compõem a casa. O nepotismo, as cotas de gênero e a teoria das elites dão as características teóricas necessárias as reflexões do autor. Em relação a teoria das elites, auto dialoga com dois pontos de vista, a saber: “a partir de uma minoria com interesses comuns e determinados em detrimento a uma maioria com interesses diversos e difusos” e com o conceito de “circulação das elites” onde a ideia de mudar é para que tudo permaneça como está.¹² De acordo com o autor, em 1946 as mulheres têm baixo índice de participação na casa sendo atingidas ou pela legislação, ou pela forma de governo, melhorando somente com a lei de cotas em 2000. Com relação ao parentesco, vínculos familiares são observados a partir da redemocratização, em 6 das 22 famílias e assinam por Braga Cortes, Almeida, Passos, Schier, Martins/Pereira e Borgheti/Bueno, totalizando 7 vereadoras onde dois são casais Martins/Pereira e Borgheti/Bueno, além de mãe/filho como é o caso da família Passos; tios/sobrinhos Schier e Almeida; tios/primos/sobrinhos Braga Cortes. Ocupar um cargo em um ambiente marcadamente dominado por homens, rememorando o domínio patriarcal presente ainda na política brasileira, exige da mulher o enfrentamento¹³, a força e a coragem, além de muitas dificuldades e proporciona uma luta desigual, porém, segundo o autor, os méritos foram o alicerce das suas eleições.

¹² Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto.

¹³ O direito ao voto feminino só foi conquistado com o código eleitoral de 1932. Em Curitiba a primeira mulher eleita foi a professora Maria Olympia Carneiro Mochel, em 1947, pelo PST (Partido Social Trabalhista).

Sustenta ainda que, o fato de ter parentes na política tende a dificultar a eleição em função da divisão de votos familiar¹⁴

O “curismo” é a expressão cunhada por Ricardo Costa Oliveira e a razão da pesquisa de Fernando Marcelino Pereira que, pelo estudo das redes familiares, apresenta a família do mais importante, enigmático e conciliador político do Paraná de todos os tempos, trata-se de Aníbal Khury. Sua história remonta as origens libanesas e identifica, nos sobrenomes da política atual, uma série de seus descendentes. As redes familiares dos Khury ajudam a entender o funcionamento da classe dominante em suas interações, manutenção e perpetuação no poder. Os nomes da velha política aparecem, agora, como herança renovada pela união entre famílias no poder. Essa dinâmica vem se reproduzindo e tem braços no poder Executivo, Legislativo, Judiciário, Tribunal de Contas, também em cartórios, partidos políticos, mídia, além de serem visualizadas pelos sobrenomes tais como Sabóia, Albuquerque Maranhão, Munhoz da Rocha, Pimentel e Slavieiro. Desse modo, nos é apresentado as ações dos membros da família Khury nas instituições políticas e seus impactos na formação de redes de interesse e poder. A união das famílias Khury e Kassab gerou seis filhos, em União da Vitória ganham destaque no comércio e na produção de madeira, é com o comércio que seu pai, Salomão, mantém contato com várias etnias, clubes, políticos, juízes, promotores, fundando a sociedade sírio-libanesa e elegendando-se vereador pelo Partido Republicano, chegando a presidência da Câmara, porém, após a morte de sua mulher Wadia em 1935 perde as energias e em 1955 vem a falecer. Aníbal Khury nasce em 18 de julho de 1924 em Porto União e casa-se com Nívea Sabóia fato determinante para sua ascensão. Desde cedo participa da política e com esses atributos pessoais desperta atenção do presidente da UDN e se lança candidato a vereador, elege-se aos 25 anos, e em 1954, candidatou-se vitoriosamente a uma cadeira na ALEP, muda-se para Curitiba dando início a sua trajetória política. Desde que assumiu a presidência da ALEP, acompanhou vários governos e decidia tudo em várias instâncias governamentais. A exemplo de seu pai, que recebia no armazém vários políticos, Aníbal recebia, em seu café da manhã, a partir da 6h, na sua casa, o locus de decisão política do Paraná que dele precisava.¹⁵ Ele sabia tudo antes de todos e sua habilidade consolidou seu poder através de amigos que colocou em todos os setores do Estado, este ato garantia-lhe também uma dívida de gratidão do beneficiário. Fortalecido no poder participou da escolha das mais importantes nomeações em todos os setores do Estado, apoiando mudanças, como é o caso da candidatura de Roberto Requião,¹⁶ de modo a

¹⁴ É o caso da vereadora Nely Almeida que por 6 mandatos dividiu os votos com dois sobrinhos.

¹⁵ Devido a sua influência era visitado por Governadores, Secretários de governo, deputados, desembargadores, delegados, juízes, conselheiros do Tribunal de Contas.

¹⁶ Em 1985 José Richa era o Governador e Aníbal Khury preferia outro candidato, porém, como Requião fora ungido pela convenção, percebe com rapidez as mudanças e vai à casa de Requião para manifestar seu apoio. Tirava vantagem e obtinha força pessoal participando do jogo político.

permanecer à frente do processo decisório. Todos seus atos culminaram com um período onde as nomeações aconteciam sem concurso. Mesmo quando cassado da vida pública assume a presidência do Clube Atlético Paranaense, funda o Hospital Pequeno Príncipe e, beneficiado pela anistia em 1969 do então presidente João Batista Figueiredo, retorna a vida pública. Da presidência da ALEP, imprime o curismo no Estado até sua morte aos 75 anos, em 30 de agosto de 1999.

De 1982 a 2014 é o período onde são analisadas as participações das mulheres no Paraná, na Câmara de Deputados, Senado e ALEP. A constatação é a de que partidos como o PT, PV e PMDB são os que mais atendem a Lei 9.509/97, são profissionais liberais, casadas com ensino superior e idade variando entre 45 e 56 anos. Quando o assunto é a presença das mulheres no legislativo e nos processos de decisão os índices permanecem em baixa, devido a predominância, historicamente, masculina. Essa participação é um caminho trilhado por algumas pioneiras¹⁷ mas que mantêm, ainda hoje, uma predominância masculina, isso só confirma a necessidade de políticas mais efetivas de inclusão de gênero nesse espaço. O referido estudo, ainda mostra, que no quesito programas de governo, não temos a desnaturalização do papel da mulher na sociedade, ou seja, ainda assumem pastas assistenciais, cumprindo o estereótipo da esfera do lar. As autoras procuram deixar um alerta de que a participação, respaldada pela lei, tem dificuldade de efetivação devido ao não cumprimento, desta, pelos partidos e pela certeza da impunidade. Alguns procuram, minimamente, dar conta das cotas, porém, infelizmente, impera o descumprimento da lei. O espaço de predominância masculina reflete uma sociedade que avança em passos lentos e que necessita da ampliação de políticas de inclusão de diversos grupos da sociedade e, cujas pautas, atendam, ainda, a esta demanda. São alguns aspectos da abordagem feita por Larissa Rosevics, Maria Alexandra Nicolás e Roberta Carnelos Resende...

A sessão genealogia do Brasil é inaugurada com a trajetória das mulheres rumo a conquista do espaço público, é o que motiva a pesquisa sobre a participação feminina nos espaços de poder, realizada pelas autoras Elizabeth Christina de Andrade Lima e Ana Paula Guedes do Nascimento Costa. Acompanhando atuação das Deputadas Estaduais da Paraíba Daniella Ribeiro (PP), Camila Toscano (PSDB) e Estelizabel Bezerra (PSB) é que desenham as diretrizes para condução do estudo. Propõem reconstrução do percurso histórico e cultural observando o quanto o espaço à participação feminina teve avanços, porém a menos de 100 anos do voto feminino, ainda nos deparamos com um espaço de predominância masculina, onde os aumentos são tímidos e esbarram na indiferença da Lei de Cotas¹⁸, tanto por parte do TSE dos partidos e pelo tratamento dado a candidaturas femininas, como sendo “elementos de segunda classe” no

¹⁷ Como é o caso de Rosy Pinheiro Lima, UDN, 1947 também citada no capítulo sobre a ALEP.

¹⁸ Nas palavras das autoras: “...é a deficiência na fiscalização e a inexistência de sanções para punir os partidos que não cumprem os percentuais exigidos pelo dispositivo da Lei...”

meio eleitoral, bem como a indisponibilidade de recursos para candidaturas femininas, como forma de boicote. Assim, as mulheres até aqui apresentadas carregam o estigma do gênero e enfrentam dificuldades tanto na adesão quanto na atuação dentro do legislativo, se faz necessário a mudança de paradigma bem como a construção de um espaço igualitário e legítimo para atuação feminina. O cumprimento da legislação ainda se alicerça no patrimonialismo, portanto, permanece arcaica e com pautas de atuação restrita a esfera do lar. As mulheres, uma vez ocupando um cargo político, precisam agir como representantes autônomas desse gênero para que sua atuação seja mais significativa. Ser mulher, enfim, não implica em defesa de direitos e interesses do gênero por conta do exposto, mas isso pode mudar...

A genealogia, o poder político e a representação feminina são estudadas por José Marciano Monteiro e Cosma Ribeiro de Almeida em relação a 55ª legislatura na Câmara Federal. Os autores avaliam a participação da mulher como uma estratégia de parentesco, manobra que amplia a estratégia do grupo familiar, em que pese as exceções, até aqui foi a regra. Parentesco e gênero são problematizados mostrando que tais ocorrências não são locais, mas uma característica da política nacional, infelizmente. Os autores trabalham com a revisão da literatura que propicia um entendimento sobre o papel da mulher na política em esfera federal. A constatação é de que a representação feminina na Câmara Federal, se constitui a partir do parentesco, sendo que as novas integrantes se inserem por intermédio de famílias políticas, onde seus cônjuges são peça chave de ingresso, por meio deles essas mulheres recebem carta branca para vida política e estes tornam-se responsáveis por angariar votos que lhes garantam a vaga. Essa análise se pauta nos conceitos de capital simbólico, político e familiar, tal como nos ensina Bourdieu, e reitera a importância da variável parentesco para o entendimento da política tanto local quanto a nacional.

Identificando os perfis socioeconômicos e políticos das Deputadas Federais eleitas em 2014 é que Roberta Carnelos Resende e Sara Souza Fernandes Epitácio delineiam o presente, último e, não menos importante capítulo do livro que até aqui não abandonou a ideia da reflexão sobre as mulheres na política, as linhas partidárias podem nos dizer algo sobre essas participações, vale conferir que a precocidade da adesão a um cargo político conta com capital político acumulado e relações de parentesco, bem como, há diferença de ascensão política entre esquerda e direita. A esquerda tende a trilhar um caminho mais árduo e regrado dentro de uma escala hierárquica do poder e que acontece de baixo para cima, ao passo que os partidos de centro e de direita usufruem das relações de parentesco. As autoras dividem o capítulo em duas partes, na primeira fazem um levantamento histórico sobre o recrutamento e a carreira política, alvo da historiografia sobre partidos políticos e, na segunda, traça os perfis das deputadas federais. Detectam, pelo estudo, que o *modus operandi* partidário seguem de maneira distinta a partir dos modelos ideológicos

esquerda e direita, ficando com a esquerda a cobrança de maior tempo de filiação, menor laço familístico e menor número de eleitas.

E, fechando a obra com chave de ouro, vamos encontrar uma excelente abordagem dos conceitos teóricos deixados por Pierre Bourdieu e Michel Foucault, assinados por Daiane Carnelos Resende e Luiz Demétrio Janz Laibida e que, no estudo da sociologia política, muito contribui para a interpretação dos dados coletados.